



NARRAR A SURDEZ, NARRAR A DIFERENÇA: REPRESENTAÇÕES DE PERSONAGENS SURDOS NA LITERATURA INFANTOJUVENIL

NARRATING DEAFNESS, NARRATING DIFFERENCE: REPRESENTATIONS OF DEAF CHARACTERS IN CHILDREN'S AND ADOLESCENT LITERATURE

Paulo Roberto Tonani do Patrocínio¹
Débora Maria da Conceição Roque²

Resumo: A emergência de uma definição da surdez enquanto uma diferença étnico-linguística é recente no Brasil. O presente artigo tem como objetivo analisar as representações da surdez e dos sujeitos surdos na literatura infantojuvenil à luz desta nova perspectiva de compreensão da surdez e do sujeito surdo. A partir das contribuições de pesquisadores da área de Estudos Surdos no tratamento da surdez em um modelo socioantropológico, como Carlos Skliar, Gladis Perlin e Ana Dorziat, procuramos analisar as representações de personagens surdos em duas narrativas literárias destinadas para o público infanto-juvenil: *Ane e Jota: Amigos de mundos diferentes*, de Luciane Rangel, e *Ecopiratas em Fernando de Noronha*, de Beto Junqueira.

Palavras-chave: Surdez; Diferença; Representação; Literatura infanto-juvenil.

Abstract: The rising of a definition of deafness as an ethnic-linguistic difference is recent in Brazil. This paper aims at analyzing the representations of deafness and of the deaf subjects in children's and adolescent literature in the light of this new perspective of comprehension of deafness and of the deaf subject. Stemming from the contributions of scholars of the Deaf Studies field in the treatment of deafness in a socioanthropological model, such as Carlos Skliar, Gladis Perlin and Ana Dorziat, we attempted to analyze the representations of the deaf subject in two literary narratives intended for children and adolescents: *Ane e Jota: Amigos de mundos diferentes*, by Luciane Rangel, e *Ecopiratas em Fernando de Noronha*, by Beto Junqueira..

Keywords: Deafness; Difference; Representation; Children's and adolescent literature

¹ Professor Adjunto do Departamento de Letras-Libras e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Faculdade de Letras da UFRJ. É autor, entre outros, do livro *Escritos à margem: a presença de autores de periferia na cena literária brasileira* (7Letras/FAPERJ, 2013) Correio eletrônico: paulotonani@gmail.com

² Graduada em História pela UFF e graduanda em Letras-Libras pela UFRJ. Atua na Prefeitura do Rio de Janeiro como professora no Atendimento Educacional Especializado com foco na surdez. Participa de pesquisas sobre representação e autorepresentação da surdez. Correio eletrônico: deboramroque89@gmail.com

PRIMEIRAS PALAVRAS

Iniciamos nossa reflexão com uma passagem do livro *O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença currículo e inclusão*, de Ana Dorziat: “O desenvolvimento de reflexões sobre o grupo de pessoas denominadas surdas requer, necessariamente, considerações mais apuradas sobre em quais bases conceituais está sendo construída a identidade desse grupo.” (DORZIAT, 2009, p. 15). Na reflexão da pesquisadora está presente a base de nosso argumento teórico que busca conceber a surdez e o sujeito surdo enquanto reflexo de representações e definições formadas a partir de determinadas configurações discursivas de saber-poder.

É recente, ao menos nos estudos realizados no Brasil, a emergência de uma definição da surdez enquanto uma diferença étnico-linguística³ concebida dentro de um modelo socioantropológico. Será a partir da década de 1990 que começam a ser publicados os primeiros estudos e o pesquisador Carlos Skliar pode ser tomado como referência primeira para a construção de um modelo socioantropológico para a compreensão da surdez. Ao lado do trabalho de Carlos Skliar identificamos também as importantes contribuições de Ana Dorziat (2009), Nídia Regina Limeira de Sá (2006), Karin Strobel (2008), Gladis Perlin (2013) e Marcia Lise Lunardi-Lazzarin (2010), para citar algumas das principais referências da área.

Em comum, tais estudos partem da premissa que a surdez se constitui como uma diferença, rompendo com a ideia estanque de deficiência que regia o tratamento da surdez e do sujeito surdo. A surdez é lida enquanto reflexo e efeito primeiro de configurações discursivas de saber-poder que resultam em representações que transitam entre um modelo médico terapêutico – baseado em uma perspectiva que nomeia o sujeito surdo enquanto deficiente e lança mão de estratégias e recursos clínicos que almejam a sua reabilitação – e um modelo socioantropológico – fundado em uma perspectiva culturalista inspirada nos Estudos Culturais que nomeia a surdez enquanto uma diferença étnico-linguista que constitui uma cultura própria, a Cultura Surda.

Tais modelos são antagônicos, produzem representações e definições próprias para a surdez e, principalmente, coexistem. Não estamos lidando com uma linearidade temporal sucessiva de discursos

³ A expressão é de César Augusto de Assis Silva, no livro *Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade*.

que possa ser compreendida como formação de um determinado quadro evolutivo. Não há uma suplementação de modelos ou mesmo uma substituição. Mesmo que o modelo socioantropológico tenha sido estruturado a partir da recusa medicalização da surdez, o modelo médico terapêutico, com sua perspectiva clínica, ainda se faz presente em diferentes campos disciplinares.

Nos dizeres de Carlos Skliar, “a surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual; a surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência” (2013, p.11). Na breve definição do autor está presente um dos principais alicerces teóricos da compreensão da surdez enquanto diferença étnico-linguística, a saber: o reconhecimento político dos sujeitos surdos a partir de suas especificidades linguísticas, culturais e identitárias. Tal investimento teórico tem como objetivo primeiro romper com os discursos clínicos baseados na medicalização da surdez e promover o reconhecimento da particularidade linguística e cultural dos surdos. A mudança epistemológica proporcionada pela perspectiva culturalista instaura um modelo de educação bilíngue para os surdos contrastando os outros modelos já existentes: o oralismo⁴ e a comunicação total⁵.

É importante observar que no Brasil a defesa do modelo de educação bilíngue para surdos emerge em diálogo com as produções acadêmicas da área de linguística sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e, principalmente, em decorrência do engajamento de associações e federações de surdos em favor da afirmação da Libras como língua natural, movimento este que culminou no dispositivo jurídico recente que reconhece a Libras como uma língua legítima no interior da nação por meio da Lei Federal 10.436/2002. A referida Lei apresenta em seu primeiro artigo a materialidade de um desejo de diferentes atores que atuaram em favor da educação de surdos e na pesquisa e ensino de Libras ao afirmar que

⁴ É nomeada como oralismo uma filosofia pedagógica que tinha como cerne da educação de surdos o ensino da oralidade a partir de sessões terapêuticas que visavam a reabilitação do sujeito surdo. Dessa forma, tal filosofia não visava a oferta de métodos de transmissão do conhecimento, e sim se ocupava do ensino da articulação oral, leitura labial e do aproveitamento de resíduos auditivos, conforme observa César Augusto de Assis Silva, em *Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade*.

⁵ O método da comunicação total representa uma prática pedagógica da educação de surdos que utiliza diversos modos de comunicação no processo de ensino aprendizagem do sujeito surdo, como “a língua de sinais, a oralidade, a leitura labial, o desenho, a mímica, o teatro, a escrita e quaisquer outros modelos de comunicação possível em sala de aula, porque o importante para a ser o conteúdo a ser transmitido, e não mais o modo” (SILVA, 2012, 36).

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidade de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p. 1)

O reconhecimento da Libras como língua natural – conceito linguístico que define que as línguas emergem de forma espontânea de uma comunidade de falantes – oferece à língua de sinais o mesmo estatuto linguístico que qualquer língua oral natural recebe. Afinal, no argumento dos linguistas que se dedicam ao estudo da Libras, esta emergiu de comunidades de sujeitos surdos e são passíveis de análise linguística em diversos planos: sintático, morfológico, fonológico e pragmático. O trabalho de William C. Stokoe, conforme evidencia César Augusto de Assis Silva, deve ser compreendido enquanto um divisor de águas e referência primeira nos estudos das diferentes línguas de sinais, devido ao mérito de demonstrar, “pela análise dos sinais da *American Sign Language* (ASL), que as línguas de sinais eram também naturais, uma vez que partilhavam com as linguas orais os mesmos princípios de estruturação”. (SILVA, 2012, p. 34). No âmbito brasileiro, o trabalho de Lucinda Ferreira Brito é pioneiro e influenciou uma série de pesquisa que se dedicaram aos estudos da Libras, como os estudos de Ronice Quadros, Lodenir Karnopp e Tanya de Amara Felipe de Souza, para citar alguns dos principais nomes da área. Amparado neste argumento da linguística, o modelo bilíngue de educação de surdos, difundido no Brasil a partir dos estudos de Carlos Skliar, promove um novo tratamento da surdez e coloca em perspectiva a defesa da particularidade linguística do surdo e aciona uma referência culturalista para definir a surdez enquanto uma diferença étnico-linguística. César Augusto de Assis, em *Cultura surda, agentes religiosos e a construção de uma identidade*, apresenta de modo objetivo a forma como se constrói o modelo de educação bilíngue de Skliar:

Dada a afirmação da condição de particularidade linguística e cultural dos surdos, Skliar reivindica,

de maneira original, a retirada da educação de surdos do âmbito da educação especial e deficiência e a colocação dela no debate sobre educação e opressão de minorias (raciais, identitárias, linguísticas e de gênero). (SILVA, 2012, p. 32)

Ao propor o modelo de educação bilíngue e reivindicar a retirada do tema da surdez – e por conseguinte da educação de surdos – do âmbito da educação especial e do debate sobre deficiência, Carlos Skliar busca conceituar a surdez enquanto uma diferença em uma perspectiva amparada nos Estudos Culturais. Neste sentido, seguindo o argumento do autor, passamos a compreender a comunidade surda enquanto um grupo minoritário que instaura um elemento de distinção na cultura hegemônica, resultando na construção de uma nova forma de representação do Outro sob o prisma da diferença. Os surdos não são mais sujeitos desviantes de uma norma, de um modelo universal, mas como indicador de outras posturas possíveis. A medicalização da surdez e as consequentes ações terapêuticas que almejam promover a inclusão do surdo em busca de uma normatização de sua “deficiência auditiva” por meio de intervenções clínicas que objetivavam a oralização são problematizadas em favor da defesa da diferença linguística e cultural dos surdos. O acionamento deste referencial teórico pretende alcançar a construção de uma leitura da sociedade em uma perspectiva multicultural, na qual todos são iguais respeitando as suas diferenças.

É com este horizonte teórico que pretendemos analisar as representações do “ser surdo” e da surdez na literatura infantil. Nosso objetivo principal é localizar o diálogo existente entre as narrativas literárias para crianças e os estudos contemporâneos que oferecem um tratamento da surdez em uma perspectiva socioantropológica. Em outros termos, buscamos propor uma leitura crítica de obras literárias voltadas para o público infanto-juvenil a partir das contribuições de pesquisadores que tratam a surdez enquanto uma diferença étnico-linguística. Contudo, é importante ressaltar que nosso papel crítico não se baseia na formação de uma espécie de *index* que objetiva validar ou invalidar tais narrativas ao utilizar como referência a emergência de um novo tratamento do sujeito surdo e da surdez. Nossa abordagem busca localizar os possíveis impactos e reverberações da emergência de uma definição da surdez enquanto diferença étnico-linguística nas formas de representação do ser surdo na literatura infantojuvenil.

A REPRESENTAÇÃO DA SURDEZ NA LITERATURA INFANTIL

Nosso interesse pela a representação da surdez na literatura infantil dialoga com a premissa teórica que rege o pensamento crítico de Stuart Hall, quando este compreende o “real” enquanto uma construção social marcada e formada pelas “imagens” e “discursos” produzidas pela sociedade. No ensaio “O papel da representação”, publicado no livro *Cultura e representação*, Stuart Hall realiza um percurso teórico que visita e examina o conceito de representação a partir das contribuições de Michel Foucault, Roland Barthes e Ferdinand de Saussure com o objetivo de oferecer a perspectiva construtivista que orientou seus estudos (HALL, 2016). Em resumo, na leitura Hall, mais do que revelarem um possível espelhamento da sociedade, as representações veiculadas em diferentes “discursos” igualmente constroem uma imagem da sociedade, resultando em um movimento dialético.

Seguindo os passos de Stuart Hall, compartilhamos com o teórico uma perspectiva marcadamente construtivista e concebemos o ‘real’ enquanto uma ‘construção social’ resultante das imagens e discursos amplamente veiculadas pela mídia. Dessa forma, ao lançarmos nosso olhar crítico sobre as representações da surdez e do sujeito surdo na literatura infanto-juvenil, estamos observando que tais representações são “produtos” de uma “realidade social” e, igualmente, impactam na construção do “real”. Tal premissa teórica oferece ao nosso estudo outra potencialidade, posto que estamos analisando as representações de um grupo minoritário e historicamente localizado em uma fronteira de exclusão. Os surdos assumem o papel do Outro, sujeitos à margem da sociedade e definidos quase sempre a partir de rótulos construídos a partir daquilo que falta em seus corpos e em sua linguagem. Nos interessa apresentar uma perspectiva crítica que questione as histórias e caminhos únicos, as identidades fixas e os estereótipos simplistas e superficiais. Bem como identificar a abordagem literária que trata a identidade surda em sua dimensão política, não excluindo seus enfrentamentos e suas complexidades.

Além do referencial teórico dos Estudos Culturais, em especial as contribuições de Stuart Hall, nossa abordagem também utiliza como referência os estudos de Rosa Hessel Silveira, Lodenir Karnopp e Rodrigo N. Machado. Rosa Hessel Silveira coordenou um importante

estudo sobre as representações da diferença na literatura infantil. No âmbito do estudo o conceito de diferença é entendido de forma ampla e reúne representações sobre etnia, gênero, “deficiência”, idade, orientação sexual, configurações corporais, marcas do corpo e surdez. Os resultados dos estudos foram publicados no livro *A diferença na literatura infantil: narrativas e leituras*, uma obra assinada não apenas pela pesquisadora Rosa Hessel Silveira, mas sim por toda a equipe de pesquisadores (SILVEIRA, 2012). No âmbito de nossa pesquisa, iremos dialogar de modo mais atento com as análises da equipe sobre a surdez, publicada no capítulo “Os surdos na literatura infantil: alternativas de abordagem e visões infantis sobre personagens surdas”. Além do importante estudo coordenado por Rosa Hessel Silveira, outra pesquisa que orienta nossa abordagem é a realizada por Lodenir Karnopp e Rodrigo N. Machado, responsáveis por um amplo levantamento de narrativas para crianças realizado no período de 2000 a 2005 (KARNOPP e MACHADO, 2006). As duas pesquisas foram fundamentais para o desenvolvimento de nosso estudo, seja pela oferta dos referenciais teóricos necessários ou pela apresentação das principais narrativas infantis que abordam a surdez. No entanto, há uma distinção em relação aos métodos de cada pesquisa. A abordagem realizada por Lodenir Karnopp e Rodrigo N. Machado tem como objetivo o levantamento de autorrepresentações de autores surdos, ou seja, o foco privilegiou a autoria surda. Na pesquisa de Rosa Hessel Silveira, buscou-se obras literárias destinadas ao público infantil que apresentassem a personagens surdos e que abordassem a surdez em suas narrativas. O resultado da pesquisa é um amplo elenco de obras e, principalmente, a localização de um determinado corte histórico em que se verifica um aumento da produção de novas narrativas sobre o tema. A pesquisadora observa que em um levantamento preliminar realizado em fins da década de 1990, foram apenas localizadas 7 obras que apresentassem a temática da surdez e afirma que em certa medida

(...) a literatura para crianças não abriu muito espaço para personagens surdas e a abordagem da temática da surdez só começou a proliferar nos últimos anos. Esse aumento da presença de personagens surdas e da temática surda não foi por acaso, mas teve como uma das causas a ampliação das discussões e lutas da comunidade surda por sua cultura e seu reconhecimento não mais como um conjunto de “pessoas com deficientes”, mas

como sujeitos com marcas culturais distintas e plenas. (SILVEIRA, 2012, p. 85)

Segundo a análise de Rosa Hessel Silveira, a comunidade surda desempenhou um papel importante ao protagonizar as lutas pelo reconhecimento de seus artefatos culturais e de sua língua, refletindo de modo claro no aumento da visibilidade do tema da surdez na literatura infantil contemporânea produzida no Brasil. Exemplar neste sentido é a publicação de *Cinderela surda*, *Adão e Eva*, *Patinho surdo* e *Rapunzel surda*, livros de autores surdos destinados ao público infantil. Além de serem obras que oferecem uma perspectiva inovadora no tratamento da surdez – neste caso não pode ser negligenciado o dado da autorrepresentação do surdo – tais narrativas também inauguram um importante espaço de subjetivação ao se autoproclamarem como Literatura Surda, delimitando um campo de produção identitária e representação próprios dentro da série literária hegemônica.

Em nossa pesquisa não se pretendeu a realização de um mapeamento exaustivo e totalizante da produção. Afinal, diante dos importantes resultados alcançados pelas pesquisas de Rosa Hessel Silveira e de Lodenir Karnopp e Rodrigo N. Machado, nosso foco ficou centrado na leitura e análise dos textos literários identificados nas pesquisas citadas e a localização de outras possíveis obras que abordassem a questão da surdez. Dessa forma, reunindo tais resultados, localizamos 12 narrativas para o público infanto-juvenil que apresentam personagens surdos e abordam a surdez em diferentes espectros. Todos os textos localizados em nossa pesquisa, assim como as obras citadas pelos estudos consultados, serão indicados nas referências bibliográficas ao final do artigo. Na economia deste artigo, nossa análise irá se ocupar da leitura de duas obras: *Ane e Jota – Amigos de Mundos Diferentes* (RANGEL, 2015) e *Ecopiratas em Fernando de Noronha* (JUNQUEIRA, 2012).

REPRESENTAÇÕES DA SURDEZ EM ANE E JOTA – AMIGOS DE MUNDOS DIFERENTES

Consideremos importante iniciarmos nossa análise de *Ane e Jota, amigos de mundos* (RANGEL, 2015) diferentes a partir da leitura do prefácio da obra, assinado por Ana Regina Campello, pesquisadora da área de Educação de Surdos, professora do INES e importante liderança do movimento em defesa da educação de surdos. A partir do exame do

paratexto, além da apresentação da obra, pela perspectiva de uma das mais importantes pesquisadoras da área de Educação de Surdos, travamos contato também com uma definição da intencionalidade da obra. Afinal, em seu prefácio, Ana Regina Campello apresenta a publicação do livro como a materialização do desejo de “identificar e caracterizar aspectos conceituais de cultura e da identidade surda brasileira concernente à crença, ao respeito e à esperança de dias melhores”(CAMPELLO, 2015, p. 5) Torna-se perceptível a explícita orientação política da obra e, principalmente, a argumentação em favor de uma perspectiva socioantropológica de definição da surdez. O objetivo deste investimento político é a composição de um discurso ofereça aos surdos elementos que resultem na construção de sua identidade e no reconhecimento de sua cultura. A autora conclui o prefácio desejando ao leitor uma boa “leitura visual” da obra, ressaltando ao público que a história se percebe apreendendo significados através de experiências visuais. Tal abordagem se coaduna com a proposta pedagógica que visa compreender o surdo como sujeito visual e romper com discursos que definem a surdez pela ausência. No entanto, é necessário avaliar essa dimensão visual da surdez fora da lógica de uma retórica da compensação e, principalmente, fora do discurso biológico. Afinal, como argumenta o pesquisador Carlos Skliar (2013), a perda de um sentido não se traduz numa compensação qualitativa e ampliada de outro sentido. No entanto, ainda que no prefácio tenha uma explícita referência à experiência da “leitura visual”, Ane e Jota frustra as expectativas do leitor devido a escassez de recursos visuais. As poucas ilustrações apresentadas no livro são dispostas em formato muito pequeno e podemos afirmar que praticamente inexistente a experiência visual. Realizado esse breve percurso de análise do prefácio, é possível agora nos debruçarmos sobre a própria narrativa.

Ane e Jota, amigos de mundos diferentes inicia com o personagem Jota, um menino ouvinte, tendo o seu primeiro contato com a Libras. Após ficar observando duas meninas através de movimentos com as mãos e expressões faciais, tomado por curiosidade o personagem decide abordá-las.

Jota ficou olhando para as duas garotas, com alguma estranheza, pois, até então, ele nunca havia, visto ninguém ficar movimentando as mãos, mudando as expressões do rosto, como elas faziam.

Depois de algum tempo, Jota achou que Luana e Ane eram surdas, ao mesmo tempo em que descobriu que aqueles movimentos chamavam a atenção deles.

Curioso, Jota ficou admirando aqueles sinais delas. Como é um menino tímido, não teve coragem de se aproximar. Ele também temia não saber conversar com as meninas. Então, ele teve uma grande ideia: arrumou papel e caneta para conversar com elas. O menino tomou coragem e se aproximou das meninas, que já haviam percebido a presença dele. Sorrindo, ele mostrou o papel e a caneta.

Luana sinalizou ao mesmo tempo respeitando o ambiente linguístico e a presença de uma surda:

- Pode falar comigo, porque eu sou ouvinte. Minha amiga que é surda.

Jota se espantou:

- Pensei que vocês duas fossem surdas!

Ainda sem entender direito, o menino disse:

- Você consegue “falar” muito bem com sua amiga. Parabéns!

Luana falou:

- Sim, eu sei a língua natural dela, que é a Libras, por isso podemos conversar naturalmente. (RANGEL, 2015, p. 5)

A cena é construída de modo bastante sensível e apresenta a alteridade existente entre ouvintes e surdos. No entanto, simples presença de expressões como “ambiente linguístico” e “língua natural” revela o uso de um vocabulário muito distante do universo infantil. Acreditamos que tais escolhas lexicais é o resultado da dimensão política e didática que a obra busca oferecer ao tratamento da surdez, concebendo-a partir de um repertório formado pela perspectiva socioantropológica. Além disso, o texto apresenta a Libras como a língua natural da personagem Ane, proporcionando uma compreensão errônea do conceito linguístico de língua natural. É necessário recordarmos que a Libras não é a língua natural dos surdos, mas, sim, uma língua natural, assim como a língua portuguesa, a língua inglesa, a língua francesa, entre outras. Contudo, essas questões não comprometem a obra ou prejudicam a forma como a surdez é representada.

Após esse primeiro contato entre Ane e Jota, no qual a personagem Luana atua como mediadora, Jota passa a estudar Libras e as duas crianças se tornam amigas. Mesmo assim, um conflito narrativo se esboça quando a personagem surda é apresentada como uma criança que

tem poucos amigos e necessita do apoio de Jota para fazer amizades. Ainda que justificado no enredo pelo fato de Ane ter se mudado há pouco tempo para o bairro em que Jota reside, este dado acaba corroborando com uma identidade surda fixa e rígida que se apresenta submissa e dependente do ouvinte. É implícito ao leitor a imagem da personagem surda como um sujeito que necessita da tutela de um ouvinte para mediar suas relações sociais.

Em nosso exercício de leitura nosso foco não se baseia apenas em observar como a surdez é representada, mas, principalmente, analisar em que medida tais representações dialogam com estereótipos de sujeitos surdos formados pelo senso comum sobre a surdez. Nossa reflexão está ancorada na perspectiva adotada por Homi K. Bhabha (1998), quando este afirma que o estereótipo é uma simplificação do múltiplo, ofertando uma imagem fixa, aprisionada, que, ao negar o jogo da diferença, representa uma falsa realidade. A partir deste referencial teórico é possível lançar um olhar crítico sobre uma passagem da narrativa que apresenta um diálogo dos pais de Ane:

Enquanto os amigos conversavam, a mãe de Ane comentava com o pai dela:
- Jota é um menino tão bonzinho e maravilhoso. Uma amizade assim é verdadeira e sem preconceitos.
O pai contou que o menino parecia surdo, de tão calmo que era. (RANGEL, 2015, p. 16)

É pertinente colocarmos sob suspeita a representação do surdo associado à característica de calmo nesse trecho da obra. O emprego desse adjetivo conduz à referência de tranquilidade em excesso, quietude e talvez até um modo alheio perante o mundo. Tais adjetivações atribuídas como parecidas com a de um sujeito surdo merece nossa observação atenta, dado que estigmatiza o grupo e lhe atribui estereótipos. Afinal, quem pode afirmar com certeza que todos os surdos são calmos? Uma compreensão equivocada ou ambígua sobre um grupo minoritário nos fornece perspectivas limitadas da realidade e nos conduz sutilmente à generalização a partir de uma característica que não corresponde ao todo. Se a obra objetiva fornecer aos surdos elementos para que construam seus pensamentos e discursos, cabe evitar definir a Comunidade Surda a partir de traços identitários demarcados por adjetivos que não dão conta de uma realidade multifacetada e repleta de enfrentamentos. E bem sabemos que os atos de fala não devem ser lidos

como inocentes, pois a afirmação da identidade e da diferença tem relação estreita com as relações de poder, e estas normalmente privilegiam o lado mais valorizado socialmente.

Ane e Jota, amigos de mundos diferentes é uma narrativa que contribui para uma visão do surdo aliado às suas estratégias de superação para transpor as barreiras que a sociedade lhe impõe continuamente. O livro não apresenta um conflito narrativo de maior vulto e aborda com maior ênfase situações prosaicas do universo infantil, como as interações familiares, brincadeiras, o convívio com amigos e a rotina escolar. Ao privilegiar cenas do cotidiano, narrativa passa a abordar temas importantes no processo de formação do sujeito surdo, como a amizade entre surdos e ouvintes, os desafios relacionados às barreiras linguísticas nas interações entre surdos e ouvintes e as relações familiares. Com uma explícita intencionalidade política, a autora procura pontuar alguns dos principais marcadores culturais da comunidade surda, oferecendo à narrativa uma feição didática. Tal investimento político pode ser facilmente explicado pelo fato da narrativa ser uma autorrepresentação da surdez, afinal Luciane Rangel Rodrigues, a autora da obra, é surda. Esse dado não pode ser negligenciado. Ao contrário, o fato de estarmos diante de uma narrativa de autoria surda é revelador da potencialidade política deste gesto e do desejo de construção de uma imagem da surdez em uma perspectiva própria.

REPRESENTAÇÕES DA SURDEZ EM *ECOPIRATAS EM FERNANDO DE NORONHA*

Além de produzir análises de obras literárias voltadas para o público infantil que representam a surdez, o estudo de Rosa Hessel Silveira também nos oferece uma espécie de percurso da representação a ser construído não pela crítica, mas pelos autores de livros infantil ao afirmar que

seria desejável que os livros se qualificassem literariamente, deixando de lado o acento pedagógico e formativo e apostando na originalidade, no humor, no inusitado, na polissemia, no aproveitamento inteligente da articulação texto verbal-imagem. Uma literatura que atendesse simultaneamente a uma inserção na cultura e na identidade surda e aos requisitos de literariedade representaria uma fonte de experiências ricas e sensibilizadoras, tanto para as

crianças surdas quanto para as crianças ouvintes.
(SILVEIRA, 2012, p. 109)

O livro *Escopiratas em Fernando de Noronha*, de Beto Junqueira, pode ser nomeado como a materialidade do desejo de uma narrativa que tematize e represente a surdez fora de uma perspectiva didática e formativa, lançando mão de estratégias literárias que possam ofertar ao tema da surdez uma perspectiva sensível. Um outro dado relevante é o fato da surdez ser apresentada de forma secundária no enredo, não representando o fio condutor da narrativa.

A obra se divide em doze capítulos contendo diversas aventuras vivenciadas pelos primos Tony Topetudo e Trancinha no arquipélago de Fernando de Noronha, localizado em Pernambuco. Inicialmente os primos são apresentados como desafetos antigos na família, mantendo relação de distanciamento. O inesperado para os dois é que inevitavelmente passarão as férias no mesmo lugar e terão que conviver juntos.

O que chama à atenção no início da história é a descrição feita em caixa anexa ao texto sobre os personagens. Trancinha ali é caracterizada por ser uma menina que ama a natureza e em seguida a sua surdez é abordada: “Trancinha é uma apaixonada pela natureza. Ela não escuta, ou melhor, escuta sim, e de uma forma bem especial! E adora o seu cabelo com suas trancinhas. Não suporta o primo e o topete dele...” (Junqueira, 2012, p. 12). Ou seja, não é apenas a surdez que a define. Ela apresenta como primeiro índice identitário a sua paixão pela natureza. É também digno de nota a forma como a surdez é nomeada: “ela não escuta”. Mas, em seguida, é feita uma correção: “escuta sim, de uma forma bem especial”. Causa certo estranhamento a opção do autor em não usar o termo “surda”, posto que este definiria com precisão a personagem. Por outro lado, Tony Topetudo é caracterizado como um menino que ama aventuras, apenas duas coisas o aborrecem: seu topete fora do lugar e sua prima Trancinha. A sintonia entre os dois na narrativa só é estabelecida com a figura do avô, personagem responsável pela aproximação dos primos e também por todas as aventuras vivenciadas na história.

Nos poucos momentos em que a surdez de Trancinha é abordada, busca-se construir uma representação que não fique fixada na ausência.

A surdez levava Tracinha a curtir muito mais a natureza. Comunicava-se com os animais apenas com a expressão dos olhos. Vibrava com as coreografias dos pássaros no céu e até com a farra das ondas estourando nas rochas. Tracinha escutava tudo de um modo mágico. (JUNQUEIRA, 2012, p. 21)

O trecho é representativo por destacar a experiência visual do sujeito surdo. Não se trata de uma retórica da compensação, mas de uma marca cultural produzida pela surdez e, principalmente, de um modo de apreender o mundo. Ao evidenciar uma outra forma de contato com a natureza, centrada no olhar, o autor coloca em relevo a questão identitária da personagem, que “escutava tudo de um modo mágico”. Tal escolha discursiva denota uma estratégia de representação que dialoga com as definições da surdez como diferença.

No desenvolvimento da narrativa é pontuada a existência de uma barreira linguística entre Tracinha e Tony Topetudo, para transpor tal barreira a personagem se vale da escrita em língua portuguesa como forma de comunicação. Contudo, esse diálogo não ganha um contorno central e aparece na narrativa de modo marginal, em um plano secundário. No entanto, já no final da narrativa há um episódio que inverte tais polaridades e a língua de sinais surge como única possibilidade de comunicação. Dessa forma, impedido de estabelecer qualquer comunicação oral, Tony Topetudo necessita da datilologia (alfabeto manual) feita por Tracinha para escapar de uma armadilha. Tal escolha narrativa nos faz observar que as representações da surdez em *Ecopiratas* opta por construir as identidades sem utilizar oposições binárias, hierárquias, nem assimétricas de poder entre os primos, um ouvinte e outra surda. Os protagonistas apresentam personalidades marcantes, muito embora não sejam expostos em suas diferenças à construção de estereótipos que produzam discursos hegemônicos, colonialistas e paternalistas acerca da surdez na obra. Tracinha é uma personagem independente e autônoma, nos limites de sua idade, vivencia aventuras num plano de igualdade com seu primo, não sendo representada como liderada, oprimida, cuidada por Tony na condição de ouvinte. Tracinha não é posta como alheia a nenhum fato ocorrido na história, pelo contrário, ela tem atos de fala que demarcam representatividade. Ainda é caracterizada como sendo uma menina que emite opiniões e contribui nas resoluções dos conflitos durante as aventuras, além de perceber as provocações do primo e revidá-las do

mesmo modo. Podemos ver emergir na narrativa um olhar que posiciona o sujeito surdo de forma cultural, detentor do orgulho de ser surdo e das experiências visuais vivenciadas. Bem como a produção discursiva de valorização e incentivo para que as pessoas de seu convívio aprendam Libras.

Além disso, acreditamos que a ausência de traços pedagógicos na narrativa torna sua leitura mais interessante para o público infantil. Soma-se a isso um particular domínio da narrativa por parte do autor, tornando o texto menos previsível para o leitor, repleto de suspense e rico em ilustrações. Afinal, ainda que seja apresentado em língua portuguesa, o texto incorpora informações em Libras, oferecendo ao leitor uma forma de contato com o vocabulário básico da Libras, além do alfabeto manual.

CONCLUSÃO

Pensar a surdez e suas representações é refletir sobre a produção de imagens e discursos acerca de um grupo que historicamente ocupou um lugar marginalizado na sociedade. A emergência de uma concepção da surdez enquanto uma diferença étnico-linguística inaugura um novo tratamento do sujeito surdo que irá potencializar outras representações e discursos.

O presente artigo apresentou apenas os primeiros resultados de nossa pesquisa. No entanto, neste primeiro exercício exploratório já é possível afirmar que o tratamento da surdez em narrativas voltadas para o público infantil busca dialogar com as novas abordagens que o tema recebe na contemporaneidade. O desafio de nossa pesquisa – e da sociedade em modo em geral – é produzir abordagens da surdez fora de um binarismo essencialista e redutor, mas, sim, como algo híbrido e fronteiriço, conforme conceituam Lodenir Karnopp, Madalena Klein e Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, em *A cultura surda na contemporaneidade*.

Referências

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CORAN, Piere. **O silêncio de Júlia**. Ilustrado por Méline Florian. Tradução de Heloisa Prieto. São Paulo: Editora FTD, 2011.

DORZIAT, Ana. **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/ Apicuri, 2016.

HESSEL, Carolina, ROSA, Fabiano, KARNOPP, Lodenir. **Rapunzel Surda**. 2ª Ed. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.

JUNQUEIRA, Beto. **Ecopiratas em Fernando de Noronha**. 2ª Ed. São Paulo: Planeta, 2012.

KARNOPP, Lodenir; KLEIN, Madalena e LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. **Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. Canoas: Editora da ULBRA, 2011.

KARNOPP, Lodenir e MACHADO, Rodrigo N. Literatura surda: ver histórias em língua de sinais. **2º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação** (CD) – 2º SBECE, Canoas: Ulbra, 2006.

KLEIN, Cristina. **Clara, a ovelhinha que falava por sinais**. Ilustrado por FJR Comunicação Integrada. Blu Editora, 2011. (Coleção Trabalhando as diferenças e a inclusão social.)

KUCHENBECKER, Liège G. **O Feijãozinho Surdo**. Canoas: Ed. ULBRA, 2009.

LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. Os discursos da diferença no contexto das políticas de inclusão: a normalidade no detalhe. In: TREVISAN, Amarildo Luiz; TOMAZETTI, Elisete M.; ROSSATO, Noeli Dutra (Orgs). **Diferença, cultura e educação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

NICOLELIS, Giselda Laporta. **A voz do silêncio**. Ilustrado por Lúcia Brandão. São Paulo: Editora Scipione, 2010. (Coleção Diálogo)

PERLIN, Gladis T. T.. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013, 6ª Edição.

_____. As Identidades Surdas. **Revista da FENEIS**, Ano IV, n. 14 abr./jun. de 2002.

_____. **O ser e estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. 2003. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

QUADROS, Ronice Müller de e KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RANGEL, Luciane. **Ane e Jota: Amigos de mundos diferentes**. Campos dos Goytacazes: Darda Editora, 2015.

RIBEIRO, Jonas. **Mãos tagarelas bocas sorridentes**. 3ª Ed. Juiz de Fora: Franco Editora, 2009.

ROSA, Fabiano, KARNOPP, Lodenir. **Patinho Surdo**. 2ª Ed. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.

ROSA, Fabiano, KARNOPP, Lodenir. **Adão e Eva**. 2ª Ed. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.

SÁ, Nídia Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SANTOS, Suelen Katerine Andrade. **Quero ouvir você**. Ilustrado por Belli Studio. Blumenau: Todolivro Editora, 2015. (Coleção Inclusão Social).

SILVA, César Augusto de Assis. **Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade**. São Paulo: Terceiro nome, 2012.

SILVEIRA, Rosa Hessel e Et All. **A diferença na literatura infantil: narrativas e leituras**. São Paulo: Editora Moderna, 2012.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.

Recebido: 14 de agosto de 2018

Aprovado: 02 de setembro de 2018